



DIAGNÓSTICO, AVANÇOS E PERSPECTIVAS DO ICMS ECOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE CORRENTE-PI

Diagnosis, advances and perspectives of the brazilian ecological state excise tax in the municipality of corrente-pi

Afonso Feitosa Reis Neto

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7382862676934597> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7333-4736>

E-mail: afonsofeitosa@hotmail.com

Leônio José Alves da Silva

Universidade Federal de Pernambuco. - UFPE, Brasil

Orcid: <http://lattes.cnpq.br/3587910414477402>

E-mail: leonioalves@bol.com.br

Ana Keuly Luz Bezerra

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9779727227180112> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6234-2474>

E-mail: prof.anakeuly@gmail.com

Talis Tawan Costa de Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6490297912706361>

E-mail: talisifpi@gmail.com

Trabalho enviado em 04 de abril de 2021 e aceito em 11 de agosto de 2021



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 14, N.04., 2022, p. 2771-2801.

Afonso Feitosa Reis Neto, Leônio José Alves da Silva,

Ana Keuly Luz Bezerra, Talis Tawan Costa de Souza

DOI: 10.12957/rdc.2022.58904 | ISSN 2317-7721

RESUMO

A simbiose existente na relação de causa e efeito de normas jurídicas voltadas à temática ambiental é um dos fundamentos no ordenamento brasileiro. A Constituição Federal, e demais dispositivos legais, buscam elencar as ferramentas na conservação do meio ambiente. Grande parte dos municípios necessitam de recursos financeiros para as ações de preservação ambiental no plano local, e isso foi observado no município de Corrente-Piauí. A pesquisa tem como objetivo avaliar o sistema do ICMS ecológico na promoção de melhorias dos requisitos e sistemas em Corrente-PI. A metodologia envolveu a análise da habilitação de Corrente-PI no período de 2015 à 2019 no processo de certificação que é realizado anualmente pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR – PI). Os resultados apontam que o município apresentou, no ano de 2019, a redução na pontuação em cinco critérios, de um total de nove, manteve os mesmos níveis pontuados em dois critérios e houve a melhoria de patamar em apenas um critério no ano de 2019, se comparado às edições anteriores. O município possui instabilidade na pontuação ao longo dos anos, o que demonstra, em certa medida, a falta de planejamento específico para a melhoria contínua no atingimento dos requisitos do ICMS ecológico.

Palavras-chave: Direito Ambiental. Tributação. Recursos financeiros. Incentivo fiscal. ICMS Ecológico.

ABSTRACT

The symbiosis that exists in the cause and effect relationship of legal norms focused on the environmental cause is one of the foundations of the Brazilian system. The Federal Constitution, and other legal provisions, seek to list the instruments that support the conservation of the environment. Most municipalities need financial resources for environmental preservation actions at the local level, this is observed in the municipality of Corrente-Piauí. The research aims to evaluate the ecological system of the ICMS in promoting improvements in requirements and systems in Corrente-PI. The methodology involved the analysis of the current classification in the period from 2015 to 2019 in the certification that is carried out annually by the Secretariat of Environment and Water Resources (SEMAR - PI). The results show that the municipality presented, in the year 2019, a reduction in the score in five criteria, out of a total of nine, maintained the same levels scored in two criteria and there was an improvement in the level in only one criterion in the year 2019, in compared to previous editions. The municipality has presented instability in the score over the years, which demonstrates, to a certain extent, the lack of specific planning for the continuous improvement of the ecological requirements of the ICMS.

Keywords: Environmental Law. Taxation. Financial Resources. Tax Incentive. Ecological ICMS.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 14, N.04., 2022, p. 2771-2801.

Afonso Feitosa Reis Neto, Leônio José Alves da Silva,

Ana Keuly Luz Bezerra, Talis Tawan Costa de Souza

DOI: 10.12957/rdc.2022.58904 | ISSN 2317-7721

1 INTRODUÇÃO

A mudança dos aspectos legais a que estão sujeitas as normas/diretrizes no tempo e espaço serve para adequar as instituições jurídicas, conforme o contexto vivenciado pelos vários segmentos da sociedade, aos anseios esperados pela alteração das convenções vigentes. Com o passar dos tempos, o conceito limiar de preservação ambiental ramificou parte da estrutura relacionada ao direito norteador das normas mais abstratas, a uma em específico: o Direito Ambiental.

Apesar do seu caráter reconhecidamente autônomo quanto a sua cientificidade, tendo em vista postulados e princípios próprios, no mundo jurídico, o campo de atuação do Direito do ambiente (MILARÉ, 2016) é o mais interdisciplinar tendo em vista sua ontologia, seja em relação ao próprio direito (ligações com o Direito Tributário, Civil, Penal) seja com outras áreas do conhecimento (Gestão Ambiental, Engenharia, Biologia, Economia) (REIS NETO et al., 2016).

Em um primeiro momento, no Brasil, os principais instrumentos de conservação eram os chamados de comando e controle. Esses são aqueles em que Margulis (1996) elencava como sendo um conjunto de regras, normas, procedimentos e padrões que os agentes econômicos deveriam obedecer, sob o risco de sofrerem sanções e as penalidades que visavam controlar os parâmetros de adequação às metas ambientais estipuladas em regulamento.

Após esses, começaram a surgir os chamados instrumentos econômicos que, por definição de Nusdeo (2006) buscam pontuar o caráter indutor dos comportamentos desejados pela política ambiental que se deseja alcançar, ou seja, podem ser entendidos pelas condicionantes de pagamento ou retribuição pela prestação de serviços que “externalizam” proteção, benesses ou inalterabilidade da condição padrão do meio ambiente.

A característica interdisciplinar do direito ambiental, fica clara na utilização dos instrumentos econômicos, dentre eles o denominado ICMS Ecológico, tendo em vista que conecta conhecimentos de Direito Tributário, Direito Ambiental e Gestão Ambiental Baseado no tributo ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), o mecanismo de incentivo utiliza a lógica do sistema de repartição e transferência de recursos financeiros das Unidades Federativas aos municípios em contrapartida da observância de padrões, indicadores e critérios ambientais estipulados pelas leis que versam sobre o tema (BORGES, 2017).

A quantidade de recursos financeiros que é direcionada aos cofres do município é resultado da adoção, por parte do governo municipal, de medidas mitigadoras de problemas ambientais já existentes e de prevenção a futuras problemáticas que, eventualmente, venham a surgir, com o intuito de propiciar um meio ambiente ecologicamente equilibrado.



Com base nessa acepção, o Estado do Piauí criou seu sistema do ICMS ecológico por meio da Lei Estadual nº 5.813/08. Esse instrumento propicia aos municípios que cumprem os requisitos estabelecidos pela normativa legal, uma porcentagem adicional na quota do ICMS recebido pelo ente municipal. A ferramenta é fundamental para incentivar gestores municipais que necessitam de recursos para fazer a execução das políticas ambientais, sobretudo nas cidades do interior do Estado que padecem de um planejamento ambiental contínuo.

Contudo, de acordo com o panorama de dados referentes aos repasses financeiros do Governo do Estado, há de se constar que a soma pode, ou não, corresponder ao limite que é de direito do município e, portanto, cabe avaliar a situação de cumprimento dos requisitos, indicadores e metas que a legislação concernente à temática de ICMS ecológico dá providências e que o município tomou para si como responsabilidade em seus planos de gestão.

Atualmente não existem análises com base na legislação atual sobre a performance dos diversos municípios piauienses, sobretudo em cidades de pequeno/médio porte no que tange ao cumprimento dos requisitos do ICMS ecológico. A cidade de Corrente é um dos tantos municípios do Piauí que dependem significativamente dos repasses obrigatórios referentes à valores do ICMS sob responsabilidade do governo do Estado (SIAT/Secretaria de Fazenda [SEFAZ] - PI). Compreender esse sistema é necessário para concretizar as diretrizes estabelecidos pela Lei Estadual nº 5.813/08 e assim realizar um planejamento ambiental baseado na legislação. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é analisar os requisitos e parâmetros de repasse do ICMS ecológico no município de Corrente-PI entre os anos de 2015-2019.

2. MATERIAL E MÉTODOS

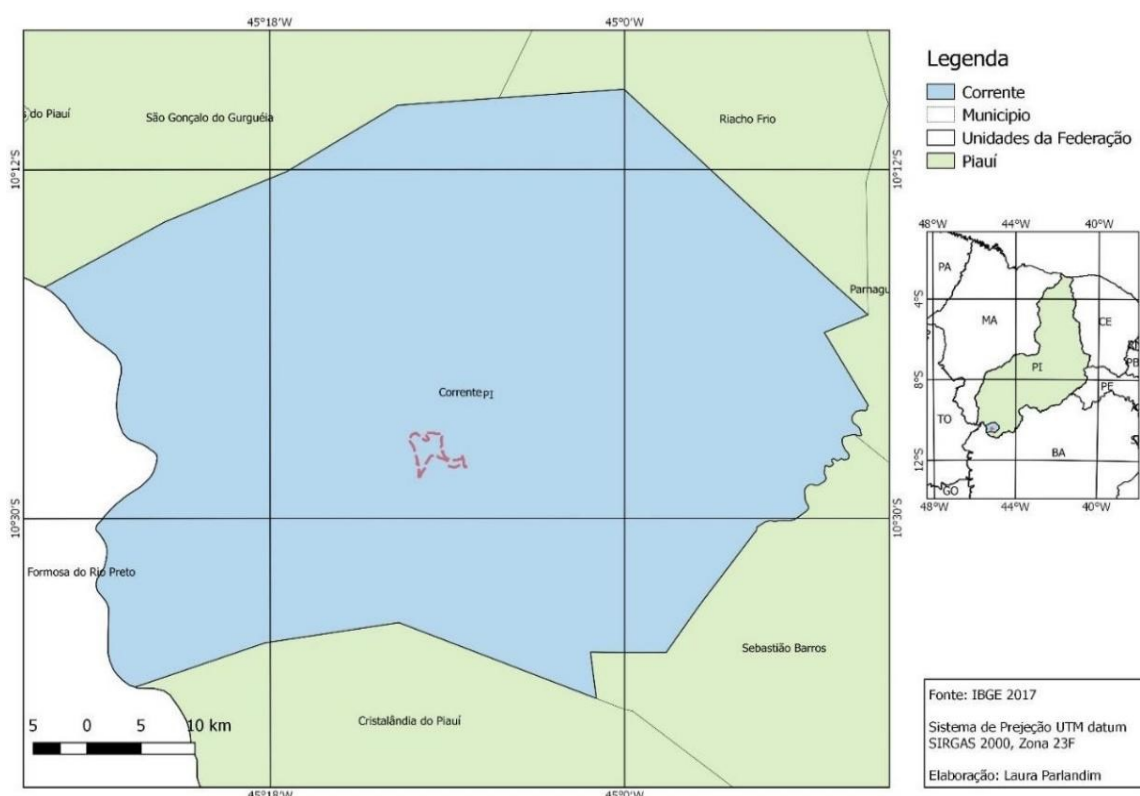
2.1. ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada no município de Corrente-PI (Figura 1). Localizado na microrregião das chapadas do extremo sul piauiense, o município é um dos principais polos da economia regional (IBGE, 2016).

O município de Corrente-PI concentra uma gama extensa de atividades econômicas, o que faz com que o município sirva de polo regional para instalação de empresas, empreendimentos e órgãos públicos, o que acarreta, consequentemente, em maior concentração de empregos e renda à população que migra de maneira permanente, temporária e aos flutuantes de outros municípios, em face das oportunidades de trabalho.



Mapa 1. Município de Corrente-PI, sua localização e zona urbana (tracejado vermelho).



Fonte: Parlandim (2019).

Atualmente, a atividade setorial que mais contribui para o Produto Interno Bruto (PIB) do município é a de serviços, seguida da Administração Pública, em segundo lugar, a agropecuária e a indústria completa a lista em terceiro e quarto lugares, respectivamente, conforme estudo do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (2019, p. 19).

2.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo abrangeu a avaliação das condicionantes impostas pela legislação do Estado do Piauí (Lei Estadual nº 5.813/08) para a habilitação dos municípios por meio do Edital realizado pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí (SEMAR – PI). E ainda análise do relatório anual de certificação de selos ambientais emitidos pela SEMAR-PI e dos dados relativos a programas e sistemas implantados assim como pelo cumprimento dos critérios elencados no Edital anual de habilitação.

Através do diagnóstico do histórico de desempenho do município de Corrente-PI, e da atual situação, foi realizada a análise dos critérios elencados no escopo da habilitação. Essa etapa consistiu na identificação dos avanços obtidos em relação as seleções passadas, mais especificamente entre os anos



de 2015 e 2019.

Com os dados referentes aos planos de ação desenvolvidos no município e sua categorização, foi realizado um estudo comparativo com a situação de outros municípios do Piauí de porte similar ou menor. Essa organização teve como intuito fazer um diagnóstico visando o conhecimento sobre possíveis melhorias em critérios, adequação de requisitos, avanços necessários e soluções encontradas sob a ótica de experiências bem-sucedidas.

Ao final, foram levantadas as informações junto a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí acerca da pontuação correlata a cada um dos critérios de elegibilidade disponíveis, o diagnóstico da situação atual, os mecanismos implementados, visando o aperfeiçoamento dos planos de ação e avaliação de programas, se houver, voltados a melhorias nos parâmetros que possam significar a potencial progressão de faixa do Selo Ambiental.

3. TRIBUTOS E MEIO AMBIENTE

O conceito de tributo encontra-se na Lei Federal nº 5.172/66, denominado Código Tributário Nacional, que assim o define: “Artigo 3º - Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada” (BRASIL, 1966).

Tendo como principal função a arrecadação de receitas para a manutenção e funcionamento do Estado, juntamente com o custeamento de despesas, os tributos funcionam como instrumentos de alocação dos recursos com vistas ao alcance de objetivos de interesse público. Portanto, sua aplicabilidade é fator intrínseco à manutenção das funções públicas do Estado conforme elenca a Constituição Federal de 1988, atribuindo aos diferentes entes a competência, o fato gerador, a incidência e outros atributos inerentes à temática.

O ICMS é uma das espécies de tributo existente. Incide nas transações de compra, comércio e circulação de bens, produtos e serviços de transporte interestadual e intermunicipal bem como nas comunicações, pontuado no título IV da CF/88 sobre tributação e orçamento. No sistema de repartição das receitas através do modelo a seguir observado: 75% destinado ao estado em que incide as operações e 25% destina-se aos municípios da Unidade Federativa. Grande parte dos municípios depende quase que, substancialmente, dos recursos oriundos da lógica arrecadatória desse imposto para o custeio das despesas da estrutura administrativa municipal, a que se destina tal numerário.



A manutenção dos serviços públicos ofertados, o custeamento da estrutura administrativa e de despesas inerente às atividades do poder público depende em grande parte, dos recursos oriundos da arrecadação desse imposto. Por isso, Cruz (2007, p 59) afirma a importância do ICMS para as contas dos estados como significativamente importante e corrobora que o seu comportamento da arrecadação da receita pública causa preocupação na gestão pública. Segundo dados do Boletim de Finanças do Entes Subnacionais (Secretaria do Tesouro Nacional, 2020), se levar em consideração os resultados orçamentários de todas as Unidades Federativas no ano de 2019, o ICMS (R\$ 435.744.000.000,00) correspondeu a, aproximadamente, 50,2% de todas as receitas correntes do país no ano em exercício (R\$ 868.335.000.000,00). A partir deste panorama, pode-se estabelecer o quão significativo e importante esse imposto é para o ajuste das contas de caixa dos entes Federados.

3.1. FUNÇÃO EXTRAFISCAL DOS TRIBUTOS NO ASPECTO AMBIENTAL

A lógica existente na função dos tributos extrapola o caráter tão somente fiscal e enseja a necessidade do cumprimento para além da tarefa prioritária de custeamento das despesas do Estado (MORTARI, 2015). Nesse sentido, o estado assume a responsabilidade extrafiscal de nortear a defesa de interesses e prerrogativas assim como a assunção de obrigações com o objetivo de estimular ou coibir determinadas práticas nocivas que ensejem condições benéficas ou adversas, respectivamente, ao meio natural e ao meio antrópico. O destaque para o fator ambiental é centro de debate pois, é neste, que se pode ilustrar com mais clareza os elementos ajuizadores mais perceptíveis na identificação dos quesitos pontuados.

As normas jurídicas buscam regular os procedimentos e os instrumentos de incentivo aos cidadãos, empresas, e até mesmo ao próprio poder público no sentido de estabelecer as diretrizes que irão fundamentar a atuação dos entes de governo a fim de parametrizar os planos de ação e as linhas de preservação do meio ambiente. O ICMS Ecológico ou Verde é um mecanismo que se insere no quadro de cooperação do federalismo fiscal do Brasil, posto que se baseia nas transferências intergovernamentais como instrumento de política ambiental, redimensionando repasses financeiros segundo critérios definidos em aspectos ambientais (TUPIASSU; FADEL; GROS-DÉSORMEAUX, 2019). Trata-se ferramenta econômica para a concretização da proteção ambiental, influenciando as condutas dos entes municipais que buscam obter aumentos de receita ao se adequar aos critérios estabelecidos.

Dessa forma, fica ainda mais evidente que as ações e mecanismos que o poder público dispõe para efetivar a reformulação no comportamento da população para com atitudes preservacionistas é uma das ferramentas que pode fundamentar a função extrafiscal dos tributos. Mister se faz ressaltar que a



extrafiscalidade ecoa na tutela do meio ambiente através da intervenção do domínio econômico, conforme art. 170, inciso VI, da CF/1988 (BRASIL, 1988). A CF/1988 estabelece que um dos princípios gerais da atividade econômica é a defesa do meio ambiente, de forma a assegurar uma existência digna às pessoas humanas.

Além do que, a relação de simbiose das normas jurídicas tributárias com o direito ambiental está amparada em princípios elencados pela doutrina quando impõe no ordenamento jurídico alguns conceitos como: Protetor Receptor, Direito ao meio ambiente equilibrado e o princípio da participação (MATTHES, 2011). O poder público deve, portanto, no limiar desses e de outras linhas, garantir a implementação de medidas que promovam a execução prática destes princípios e outros tantos que estão correlacionados.

O sistema de repartição de recursos públicos entre os entes da federação é estruturado com base no pacto federativo vigente no Brasil. A Constituição Federal de 1988 serviu de base para pontuar a aplicabilidade dos tributos e a competência de cada ente tributar, sobre o quê tributar e os meios que a legislação viabiliza a correta repartição dos recursos. Das principais peças extrai-se a competência do principal ator na política extrafiscal visando a proteção ambiental, o Imposto sobre Circulação de Bens, Mercadorias e Prestação de Serviços. A Constituição Federal elenca seus atributos:

O ICMS é o imposto de competência dos Estados e do Distrito Federal, incidente nas operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. (BRASIL, 1988, Art. 155).

A partir daí o texto constitucional evocou a lógica de repartição das receitas tributárias advindas deste dispositivo em alíquotas devidas aos municípios, conforme segue:

Será devido aos municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. (BRASIL, 1988, Art. 158)

Cabe destacar ainda que, como dispõe o próprio texto de lei, a CF estabeleceu determinada margem aos Estados Federados e ao Distrito Federal na forma como destinariam fração dos recursos do ICMS, condicionado a leis próprias e a normas e critérios previamente estabelecidos, determinando distribuição dos recursos oriundos da arrecadação do ICMS em 75% das receitas, proporcional ao índice de participação do município no fluxo de fator gerador, e a parcela restante dos 25% por critérios próprios de rateio do recurso aos municípios, por deliberação dos tribunais de conta dos estados, e ainda, segundo o inciso II, no Art. 158º da Constituição Federal (BRASIL, 1988).



E foi com base nesse contexto que surgiram os meios de se instrumentalizar as lógicas socioambientais que atuassem de maneira efetiva entre os entes da federação. O ICMS ecológico é uma das ferramentas que endossam o sistema extrafiscal dos tributos visando instrumentalizar práticas de compensação financeira através da observância de critérios e requisitos estabelecidos no ordenamento jurídico que versa acerca do tema.

A própria denominação do instrumento ICMS ecológico ainda é permeada de diversidade, já que além de englobar o aspecto ecológico-ambiental, como no estado do Piauí, há inúmeras outras nomenclaturas que buscam contemplar a parte de demais indicadores sociais, como o ICMS socioambiental, em Pernambuco e o ICMS Social em Sergipe, que levam em conta critérios como indicadores de atenção à saúde primária e à educação básica dos municípios também. Isso se deve ao fato de que a CF/88 estabelece as diretrizes aos estados para repasse de 20% proporcionais à participação do município na arrecadação do imposto e os 5% restantes são dispostos na legislação de cada Unidade Federativa para a casa legislativa deliberar quais critérios deverão ser cumpridos para a obtenção do recurso financeiro contido na referida margem percentual.

A partir do envio dos recursos financeiros pela Unidade Federativa, cabe aos gestores municipais a aplicação dos investimentos oriundos de tal receita. “A alocação das receitas aos programas ambientais, em que pese restringir a discricionariedade do administrador municipal, é a solução mais alinhada com o escopo do mecanismo tributário” (MELLO; SOUZA; COSTA, 2020).

3.2. O ICMS ECOLÓGICO NO ESTADO DO PIAUÍ

A legislação que dispõe sobre a implementação do ICMS ecológico no estado do Piauí é categórica em estabelecer os conceitos, parâmetros, requisitos e normas que direcionarão os entes municipais com o intuito de promover ações de interesse em um meio ambiente ecologicamente equilibrado (PIAUÍ, 2008). Outra norma constante na legislação estadual e que deve ser trabalhada de maneira indissociável deste mesmo instrumento é o Decreto Estadual nº 19.042/20, que estabelece as condições para concessão dos Selos Ambientais.

Os Selos Ambientais são certificações que se dividem em 3 faixas de categorização, destinadas a agrupar os municípios conforme haja o cumprimento de determinado número de critérios preestabelecidos nas normas estaduais e que são necessários a obtenção da referida classificação. Os recursos são divididos de acordo com a postulação de selos ambientais das categorias existentes (A, B e C) como preconiza o primeiro parágrafo no Art. 1º (PIAUÍ, 2020).



São 9 os critérios relacionados aos segmentos de categoria. Estes seguem listados no apêndice A, pontuação por critério do município de Corrente, bem como a pontuação mínima por quesito. Abaixo, no Quadro 1, o número de critérios de elegibilidade que, relacionados a cada faixa (PIAUÍ, 2020), devem ser cumpridos.

Quadro 1. Faixas de Selos Ambientais por número de critérios e percentuais.

Categoria	Nº de critérios	Percentual do ICMS ecológico
Selo categoria “A”	No mínimo 6	2,00% (dois por cento)
Selo categoria “B”	4 ou 5	1,65% (um vírgula sessenta e cinco por cento)
Selo categoria “C”	No mínimo 3	1,35% (um vírgula trinta e cinco por cento)

Fonte: Piauí (2020).

Tais critérios, nove no total, são dispostos no primeiro artigo do referido decreto estadual e, além deste, nos editais de abertura publicados para a certificação ambiental anualmente. No processo de certificação, a Lei Estadual nº 5.813/08 estabelece um número específico de requisitos cumpridos e que delimitarão a correspondente faixa de cada categoria. O limite mínimo de 3 requisitos para a categoria “C” que farão jus a percentual de 1,35% partilhado do ICMS ecológico. Municípios que atendem pelo menos 4 requisitos obtêm o selo “B” e compreendem na faixa de 1,65% da parcela relativa ao ICMS ecológico.

Os municípios que cumprem 6 ou mais requisitos, no escopo de 9, para a categorização se encaixam no Selo Ambiental “A”. Os municípios compreendidos na quantidade de critérios atendidos fazem jus ao percentual de 2%, estabelecido para a faixa de Selo ambiental.

A estrutura legal piauiense possui de fato um direcionamento visando incentivar os municípios a cumprirem com as normas regulamentadas e que embasam a iniciativa dos gestores municipais para implementação dos parâmetros. No quadro 2, como evidenciado, um comparativo de algumas Unidades Federativas que adotam a lógica de repartição do ICMS no aspecto ecológico.



Quadro 2. Comparativo de critérios de Elegibilidade para obtenção do ICMS ecológico.

PIAUI	PARANÁ	MINAS GERAIS
Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Unidades de conservação ou Áreas Protegidas	Aterro Sanitário, Usina de triagem ou de compostagem de resíduos
Educação Ambiental	Mananciais para Abastecimento Público	Estação de Tratamento de Esgotos
Recuperação de Áreas degradadas	-	Índice de Conservação do Município (Áreas Protegidas)
Redução de Queimadas, Conservação do Solo, Água e Biodiversidade;	-	-
Proteção de Mananciais de Abastecimento Público	-	-
Identificação de Fontes de Poluição	-	-
Edificações Irregulares	-	-
Unidades de Conservação Ambiental	-	-
Legislação sobre Política Municipal de Meio Ambiente	-	-

Fonte: SEMAR-PI; Instituto Ambiental do Paraná; FEMA-MG (2019)

Como no Piauí, outras Unidades Federativas já possuem a estrutura necessária à colocação de práticas relativas ao ICMS ecológico. Um dos casos mais simbólicos e pioneiros voltados a essa vertente ocorre no Paraná. Nesse estado, o ICMS ecológico foi criado através da Lei Complementar nº 59/1991, seguindo a mesma lógica de incentivo ao cumprimento de determinadas obrigações para obtenção do selo ambiental, e que viria a ser utilizada no estado do Piauí, com critérios diferenciados entre ambos.

Conforme Rossi, Martinez e Nossa (2011), no Paraná, a participação do município no volume de arrecadação do ICMS ecológico segue proporcionalmente os níveis de qualidade de gestão de áreas destinadas a unidades de conservação e proteção de mananciais de abastecimento. Esses são os 2 critérios a serem cumpridos para obtenção do recurso do ICMS ecológico. No Piauí são 9 critérios.

Em Minas Gerais, a lógica dos incentivos fiscais aos municípios é semelhante a que ocorre no Piauí, cabendo ao município a observância de 3 critérios elencados na Lei Estadual nº 13.803/00. Os critérios são: (I) estação de tratamento de esgotos; (II) disposição final adequada de resíduos sólidos e (III) preservação de unidades de conservação por parte dos municípios que pleiteiam o recurso.



A matriz de ICMS ecológico no Piauí busca planejar e lançar uma proposta de incentivo a preservação do meio ambiente. Nesse sentido, a Lei Estadual nº 5.813/08 coube pontuar os requisitos a serem obedecidos e uma série de subitens inclusos para o detalhamento das ações adotadas pelo poder público municipal.

Todos esses critérios técnicos levam em conta a necessidade de análise minuciosa de inúmeros outros subitens utilizados na certificação e habilitação dos municípios para obtenção da parcela correspondente ao ICMS ecológico. Para além das etapas de coleta, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos, os editais de procedimentos de certificação dos municípios no Piauí promovem mecanismos de incentivo e inclusão de catadores e cooperativas de reciclagem, bem como o manejo adequado de resíduos especiais.

A matriz de promoção da educação ambiental leva em conta 5 subitens que abordam os eixos de educação formal, informal, implantação de programas municipais e projetos de educação ambiental e, além dessas ações voltadas a educação ambiental em assentamentos agrários, o poder público municipal deve assim, agir de forma sistemática e coordenada em ações conjuntas de apoio mútuo entre os órgãos envolvidos (PIAUÍ, 2020).

O item recuperação de áreas degradadas leva em conta a redução do índice de desmate no município, a ser avaliado sumariamente pela Comissão para Avaliação de Desempenho Ambiental – CADAM, comissão específica da SEMAR/PI, após o município ter se comprometido na redução desses índices (PIAUÍ, 2020).

No item referente a queimadas, conservação de solos, água e biodiversidade, são levados em consideração as ações, os planos, projetos e programas desenvolvidos pelo município em prol da conservação do micro ecossistema e preservação dos recursos naturais disponíveis e da biodiversidade regional do município (PIAUÍ, 2020).

Na proteção de Mananciais de abastecimento público são abordados os aspectos quantitativos dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, a destinação de esgotos, efluente e resíduos agroindustriais, bem como é feito o monitoramento da qualidade da água com planos de amostragem. A identificação de fontes de poluição é feita com base em adoção de legislação municipal visando o controle e combate às diferentes formas de poluição (PIAUÍ, 2020).

No item que versa sobre edificações irregulares são elencados subitens que tratam de legislação municipal e controle de uso e ocupação do solo e a atuação de um conselho voltado ao desenvolvimento urbano, como forma de estabelecer as diretrizes de atuação no município na política da cidade (PIAUÍ, 2020).



O tópico que trata de Unidades de Conservação leva em conta diversas subáreas, a saber: existência e percentual em relação a área territorial do município, demarcação de limites e plano de manejo, a infraestrutura e realização de atividades na região, a presença de colegiado como forma de integrar os agentes diretamente envolvidos, no caso a população, e os recursos humanos responsáveis pela guarda e manejo da unidade (PIAUÍ, 2020).

No estado do Paraná, o critério de peso para este quesito é significativamente maior, tendo em vista que dos 5% do valor referente ao ICMS ecológico, 50% são aos municípios que possuam alguma Unidade de Conservação, tomando como critério de diferenciação dos recursos apenas a proporcionalidade destas para com a extensão territorial do município pleiteante. Diferentemente como ocorre no método de repartição do Paraná, o município do Piauí pode obter até um total de 31 pontos para este critério que, somado aos demais critérios obedecidos, formulam a pontuação que irá categorizar este mesmo município a uma parcela do ICMS ecológico.

Cabe ao ente municipal prover os meios de envio das informações referentes a cada um dos requisitos, quando for o caso, e remeter obrigatoriamente dentro do prazo, a documentação necessária ao procedimento de auditoria por uma comissão específica para avaliação de desempenho dos candidatos ao Selo Ambiental dentro da estrutura da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí – SEMAR/PI, órgão responsável pela política ambiental no estado (PIAUÍ, 2020).

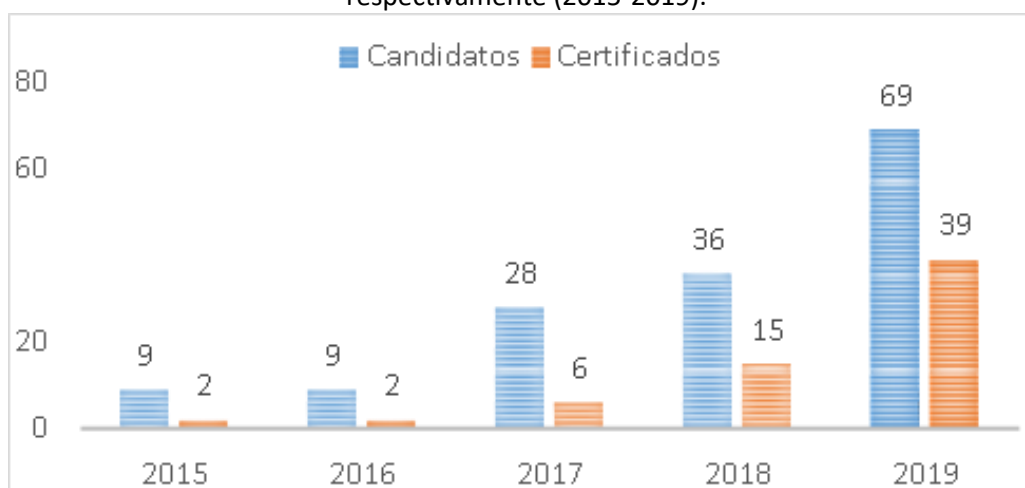
A CADAM, comissão específica da SEMAR/PI, é responsável pela auditoria das informações prestadas, analisa os requisitos, dispõe a sistemática de avaliação em questionários para cadastro de informações e dá as providências acerca dos critérios de elegibilidade dos municípios concorrentes que postulem a certificação do ICMS ecológico.

De acordo com os resultados disponibilizados pela SEMAR-PI, os dados apontam para um crescimento na quantidade de municípios que aderiram ao ICMS ecológico (Gráfico 1) e pleitearam obter a certificação anual e, junto a esta, a categoria de Selo Ambiental.

O gráfico 1 evidencia, abaixo, o histórico de evolução dos municípios piauienses visando habilitação na certificação ambiental, levando em consideração um breve retrospecto do período compreendido entre os anos de 2015 e 2019:



Gráfico 1. Número de municípios piauienses habilitados (candidatos) e certificados ao ICMS ecológico, respectivamente (2015-2019).



Fonte: SEMAR/PI, 2019.

Com uma breve análise dos dados disponibilizados pela SEMAR-PI é possível notar a adesão crescente de cada vez mais municípios ao ICMS ecológico. Muito embora a lógica do ICMS tenha sido implementada, de fato, no ano de 2014, com apenas a capital Teresina tendo concorrido e sido classificada inicialmente, foi somente a partir dos anos seguintes que houve uma maior mobilização dos municípios em favor de práticas de preservação ambiental.

Com o objetivo de alcançar os padrões de certificação, só mais recentemente, no ano de 2017, o município de Corrente voltou esforços no sentido de implementar os mecanismos necessários ao plano de alcance do Selo Ambiental e executar alguns dos critérios para viabilizar tal objetivo. O número de municípios que aderiram ao ICMS ecológico e pleitearam obter a certificação anual e, junto a esta, a categoria de Selo Ambiental expandiu de maneira significativa.

Essa evolução torna-se ainda mais evidente quando comparamos, para além do crescimento da quantidade de municípios aderindo ao ICMS ecológico, a gradativa ascensão destes mesmo em categorias superiores de classificação do Selo Ambiental.

3.3. MUNICÍPIO DE CORRENTE-PI NO ICMS ECOLÓGICO

Dentro da lógica do ICMS ecológico, o município de Corrente tem participado ativamente dos processos de habilitação desde o ano de 2015. Contudo, segundo dados da SEMAR, o município sequer alcançava as demais etapas de classificação pelo fato de não cumprir os requisitos mínimos para certificação e também não constar, em sua política ambiental municipal, um capítulo em seu plano diretor que dispusesse sobre o meio ambiente.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 14, N.04., 2022, p. 2771-2801.

Afonso Feitosa Reis Neto, Leônio José Alves da Silva,

Ana Keuly Luz Bezerra, Talis Tawan Costa de Souza

DOI: 10.12957/rdc.2022.58904 | ISSN 2317-7721

Cabe ressaltar que tal fato se sustenta tão somente pela ausência de documentos que, devendo ser remetidos à comissão de averiguação da SEMAR (CADAM), não o foram, já que o próprio plano diretor municipal destinava um capítulo ao meio ambiente e, para além disso, um respaldo maior através de tantas outras leis atreladas a questão ambiental no município.

No contexto da política urbana, a legislação do município de Corrente, que é o plano diretor, dá as providências acerca do meio ambiente, quando acorda como objetivos específicos a necessidade da manutenção do equilíbrio do meio ambiente, a instituição de legislação e sistema de gerenciamento ambientais no município, bem pontuados no capítulo IV, no Artigo 14, incisos I e II da Lei Municipal nº 394, de 03 de novembro de 2007 (CORRENTE, 2019).

Mais importante ainda é a necessidade constante de atualização da lei voltada ao aspecto da política urbana. Para tanto, no início de 2019, foram realizadas uma série de audiências, debates e discussões na Câmara de Vereadores em que houve a reformulação do plano diretor com o intuito de adequar seus regulamentos às atuais demandas da realidade local do município e regiões adjacentes.

Apesar de toda a problemática envolvendo a não constatação de documentos junto à Comissão de Auditoria que comprovassem que o capítulo do meio ambiente constasse no plano diretor, fato outrora contestado e comprovado pelo município nas demais etapas da habilitação ambiental, o município já possuía um Conselho Municipal de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (CONMAR), tendo sua criação concretizada no ano de 2013.

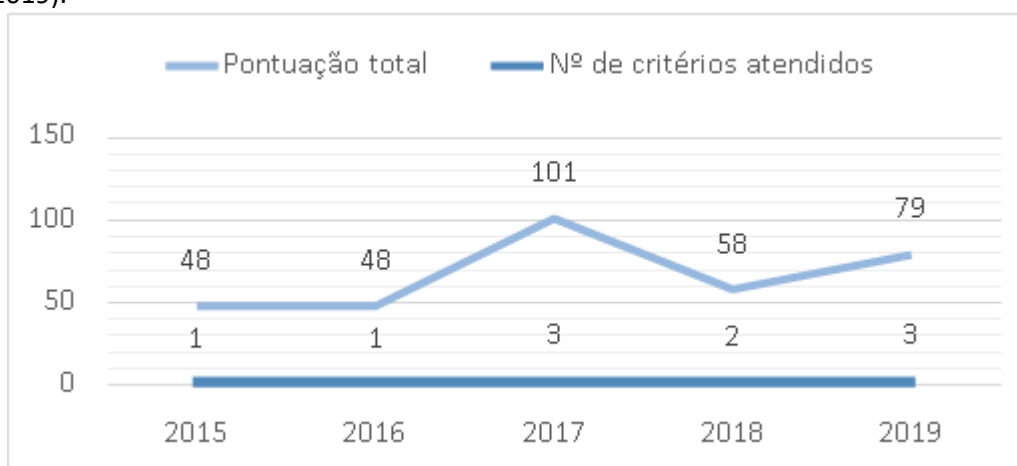
Segundo Carvalho et al. (2005, p. 2), os Conselhos Municipais de Meio Ambiente modificam a lógica existente na relação entre a sociedade e o poder público. Desse modo, preconiza uma gestão compartilhada com a participação dos agentes sociais e uma cultura de inserção dos indivíduos na busca de melhor acompanhamento na tomada de decisões do conselho, favorecendo assim aqueles que diretamente estarão sujeitos às transformações no município para a melhor compreensão da realidade local.

É através da promoção de mudança na política ambiental do município, levando-se em conta a criação do conselho, que serão baseadas as linhas de atuação do poder público no decorrer do cumprimento dos requisitos, colocados como metas a serem perseguidas na execução dos planos com vistas à obtenção da categoria de Selo Ambiental.

A assinatura histórica de participação do município de Corrente junto ao ICMS ecológico foi recorrente, sendo que dos cinco últimos processos de habilitação foi certificado em apenas dois deles. Todos na categoria 'C' de Selo ambiental, como o gráfico 2 ilustra essa situação:



Gráfico 2. Histórico de pontuação total e critérios atendidos pelo município de Corrente no ICMS ecológico (2015 a 2019).



Fonte: SEMAR/PI, 2019.

Conforme dados da quadro de habilitação do ano de 2015 e 2016, contida no anexo 1, disponibilizados pela SEMAR-PI, o município de Corrente-PI não obteve a habilitação pelo fato de não apresentar parte que versa sobre o meio ambiente em adequação no plano diretor e não apresentou o questionário padrão do edital do ICMS ecológico do mesmo ano conforme as determinações da CADAM. Contudo, as pontuações foram atribuídas aos critérios que município cumpriu parcialmente, mesmo abaixo do limite mínimo de pontos por critério. No quadro 3 são elencados os critérios pontuados no ano de 2015:

Quadro 3: Critérios pontuados pelo município de Corrente-PI em 2015.

Item	Critério Pontuado	Pontuação Obtida
B	Educação ambiental	15
D	Combate e Controle de Queimadas	5
E	Proteção de manancial de abastecimento público	4
F	Identificação de Fontes de Poluição	10
I	Legislação Municipal(adquirido)	14
TOTAL	-	48 pontos

Fonte: SEMAR/PI-CADAM, 2019

No ano de 2015, cinco critérios foram pontuados. Apesar desses cinco critérios pontuados representarem a experiência inicial em participação dos editais de habilitação da SEMAR-PI do município na postulação, nota-se uma segmentação do número considerável de critérios pontuados. Contudo, dos



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 14, N.04., 2022, p. 2771-2801.

Afonso Feitosa Reis Neto, Leônio José Alves da Silva,

Ana Keuly Luz Bezerra, Talis Tawan Costa de Souza

DOI: 10.12957/rdc.2022.58904 | ISSN 2317-7721

cinco critérios elencados, apenas o quesito I, legislação ambiental, atendeu o limite mínimo de 14 pontos para sê-lo considerado na busca de certificação ambiental. Ademais, os outros ficaram abaixo do limite mínimo exigido, fato esse que não ensejaria mesmo com a habilitação sua certificação.

No ano posterior, 2016, o município de Corrente replicou a situação observada no ano de 2015, como postulado na quadro 4:

Quadro 4: Critérios pontuados pelo município de Corrente-PI em 2016.

Item	Critério Pontuado	Pontuação Obtida
B	Educação ambiental	15
D	Combate e Controle de Queimadas	5
E	Proteção de manancial de abastecimento público	4
F	Identificação de Fontes de Poluição	10
I	Legislação Municipal(adquirido)	14
TOTAL	-	48 pontos

Fonte: SEMAR/PI-CADAM, 2019.

Repetidamente, nos anos de 2015 e 2016, os indicadores necessários à habilitação em algum das três categorias não foram atingidos e permaneceu atribuída, rigorosamente, a pontuação similar ao ano de 2015.

No ano de 2017, o município de Corrente-PI concorreu novamente ao Selo Ambiental. Com um total de 28 municípios participantes que pleitearam a habilitação, apenas 7 foram considerados habilitados em alguma das categorias de Selo Ambiental por terem sido considerados aptos a participarem da categorização, concluírem as etapas de cadastro de informações e envio de documentos comprobatórios exigidos para a posterior auditoria, para depois desta, ter sido constatado, no mínimo, o cumprimento de 3 dos 9 critérios estipulados no Edital de Habilitação.

O município de Corrente-PI obteve, nesse ano, a categoria C do Selo Ambiental. Através do levantamento realizado pela análise documental, a CADAM responsável por certificar os municípios, apurou um total de 3 itens atendidos com satisfação para a obtenção do Selo Ambiental, como demonstrado no quadro 5:



Quadro 5. Critérios Pontuados pelo município de Corrente-PI em 2017.

Item	Critério Pontuado	Pontuação Obtida
A	Gerenciamento de Resíduos Sólidos	11
B	Educação Ambiental	10
C	Recuperação de Áreas Degradadas	20(adquirido)
D	Redução de Queimadas e Conservação	5
E	Proteção de Mananciais Públicos	10
F	Identificação de Fontes de Poluição	5
G	Edificações Irregulares	20(adquirido)
I	Legislação Municipal	20(adquirido)
TOTAL	-	101 pontos

Fonte: SEMAR/PI-CADAM, 2019.

No ano de 2017 o município de Corrente conquistou o Selo “C” de preservação ambiental pelo fato de ter obtido a pontuação necessária em 3 critérios, elencados na quadro 5, perfazendo um total de 101 pontos. No critério A, resíduos sólidos, foram pontuados os quesitos relativos à armazenamento e condicionamento, pela disponibilização de coletores nos logradouros públicos, os relativos à coleta regular dos resíduos, à limpeza regular dos logradouros e, também, à destinação correta dos resíduos de serviços de saúde.

No item B a pontuação foi atribuída tendo em vista o cumprimento dos quesitos de educação informal que versa sobre a capacitação de gestores e técnicos no contexto da educação ambiental. Foi observado o quesito educação formal, refere-se ao incentivo à capacitação de professores e inserção da educação ambiental no projeto político pedagógico da educação municipal e o quesito implantação de projetos de atividades de educação ambiental.

No item adquirido C, de recuperação de áreas degradadas, foi pontuado o quesito de redução efetiva do índice de desmatamento do município, levando em conta o parecer do setor de geoprocessamento.

No critério D, redução do risco de queimadas e conservação dos recursos ambientais, foi considerado o quesito de conservação do solo, da água e da biodiversidade pela apresentação de relatórios de ações efetivas do município de Corrente-PI.

No item E, de proteção de mananciais de abastecimento público, as diretrizes pontuadas foram consideradas pela apresentação de documentos de planejamento e comprovação de ações na recomposição e conservação da vegetação das áreas de recarga dos lençóis freáticos do município. Além disso, pontuou pelo quesito de monitoramento dos índices de qualidade da água pela comprovação da amostragem de monitoramento. Contudo, não apresentou mapa para o índice de cobertura do



abastecimento.

No critério adquirido F, Identificação de fontes de poluição, o município pontuou somente no quesito possui legislação acerca da poluição sonora. Não logrou êxito, entretanto, nos quesitos de ações efetivas de combate às poluições sonora, atmosférica e visual.

No item G, Edificações irregulares, foram pontuados os quesitos voltados à legislação municipal que determina o uso e ocupação do solo, através da lei nº 414/08, também da lei nº 415/08 acerca de obras e construções em Corrente, além de possuir uma estrutura institucional de fiscalização, controle e monitoramento de edificações consolidada, voltada à aplicação da lei de uso e ocupação do solo.

No item adquirido I, sobre legislação ambiental municipal, o município já possuía as normas legais para execução das políticas públicas voltadas às ações de preservação ambiental, como é o caso da Lei Municipal nº 658/17, a criação da Secretaria Municipal e Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a Lei Municipal nº 536/13, criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Recursos Renováveis e, também, a lei nº 535/13, do Fundo Municipal de Meio Ambiente e Recursos Renováveis.

Esses dispositivos significaram ponto significativo para o atendimento de tal critério. Outro quesito pontuado no critério foi o planejamento ambiental pela apresentação de documento de prioridades ambientais, o plano de ação ambiental e comprovação de resultados alcançados. Além disso, pela habilitação legal para executar o licenciamento ambiental no âmbito do município.

Neste mesmo ano, em comparação, o município de Oeiras-PI aderiu à proposta do ICMS ecológico e cumpriu 5 dos 9 critérios, totalizando uma soma de 125 pontos e obtendo o selo de categoria “B”.

No ano de 2018, o município de Corrente-PI não foi certificado tendo em vista o mesmo não ter cumprido a quantidade mínima de quesitos para ser assim categorizado na faixa de selos correspondente. No quadro 6 são elencados os critérios pontuados no ano de 2018 e a pontuação total do município de Corrente-PI:

Quadro 6. Critérios Pontuados pelo município de Corrente em 2018.

Item	Critério Pontuado	Pontuação Obtida
B	Educação Ambiental	13
F	Identificação de Fontes de Poluição	10
G	Edificações Irregulares	20(adquirido)
I	Legislação Municipal	15(adquirido)
TOTAL	-	58 pontos

Fonte: SEMAR/PI-CADAM, 2019.



No item B, educação ambiental, o município de Corrente-PI pontuou os quesitos de educação formal, educação informal e apresentou parcialmente a implantação de projetos de atividades de educação ambiental, mesmo subitens levados em conta no similar do ano de 2017. Não cumpriu 50% do programa municipal de educação ambiental.

No critério F, no ano de 2018 o quesito pontuado foi a conformidade na formulação da lei de controle da poluição visual e poluição atmosférica, entretanto, a legislação de controle da poluição sonora não está de acordo com as exigências estabelecidas pela SEMAR-PI

No item adquirido G, o município cumpriu os mesmos quesitos em relação ao ano anterior 2017, são eles: controle legal do uso e ocupação do solo, bem como a estrutura de fiscalização institucional. Contudo, o município ainda não possuía conselho municipal de desenvolvimento urbano.

No item adquirido I, Legislação Municipal, o município repetiu o cenário de atendimento de quesitos em relação ao ano anterior 2017. Entretanto, apresentou parcialmente a legislação municipal de meio ambiente em conformidade e parcialmente o conjunto de ações prioritárias e planos de ações ambientais.

No procedimento de certificação dos municípios, tendo como referência o ano de 2019 o município de Corrente, juntamente a outras 13 prefeituras, foram habilitados ao Selo Ambiental na categoria “C”, totalizando um número de 39 prefeituras habilitadas aos recebimentos dos recursos oriundos do ICMS ecológico nas três faixas. O quadro 7 apresenta o panorama do município de Corrente para o ano de 2019:

Quadro 7. Critérios Pontuados pelo município de Corrente-PI em 2019.

Item	Critério obedecido	Pontuação Obtida
A	Gerenciamento de Resíduos Sólidos	3
B	Educação Ambiental	6
C	Recuperação de Áreas Degradadas	20(adquirido)
F	Identificação de Fontes de Poluição	25(adquirido)
G	Edificações Irregulares	10
I	Legislação Municipal	15(adquirido)
TOTAL	-	79 pontos

Fonte: SEMAR/PI-CADAM, 2019.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 14, N.04., 2022, p. 2771-2801.

Afonso Feitosa Reis Neto, Leônio José Alves da Silva,

Ana Keuly Luz Bezerra, Talis Tawan Costa de Souza

DOI: 10.12957/rdc.2022.58904 | ISSN 2317-7721

Segundo dados referentes à classificação dos municípios no processo de certificação do Selo Ambiental no ano de 2019, o município de Corrente-PI participou do processo de habilitação, com o cumprimento de 3 requisitos ambientais, entre todos os 9 que efetivamente são postulados aos concorrentes do procedimento de acesso às categorias. Os critérios observados pelo município no referido ano, obtiveram a pontuação necessária à sua classificação na categoria C de selo ambiental.

Cabe ressaltar que nos registros de parâmetros observados consta uma queda significativa no quantitativo pontuado por critério, tendo em vista que, muito embora houvera permanecido o mesmo número de critérios, tal situação evidencia uma diminuição na pontuação total, o que pode significar decréscimo do número de subitens atendidos por critério se comparada aos níveis de pontuação do ano de 2017.

No item A, gerenciamento de resíduos sólidos, foi atribuída pontuação somente ao quesito armazenamento e acondicionamento com pontos de coleta nos logradouros, através de registros fotográficos para pontuação do quesito.

No item B, educação ambiental, pela primeira vez o município não apresentou a documentação dentro do período de apuração para pontuação do quesito educação ambiental informal, diferentemente dos anos anteriores. No critério ainda foram pontuados os mesmos itens dos anos anteriores, como é o quesito educação ambiental formal no projeto de políticas pedagógicas e na promoção de eventos interdisciplinares nas escolas.

No item adquirido C, o município estabeleceu um convênio junto à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) para projetos de revitalização das margens e nascentes do principal corpo hídrico no município. O parecer do setor de geoprocessamento municipal aponta também efetivas reduções nos índices de desmatamento do município em relação ao ano anterior.

Ao item adquirido F, o município aderiu a um programa de maior controle dos níveis de poluição existentes na cidade, através do uso de equipamentos de controle da poluição sonora produzida por carros de som e em peças publicitárias de lojas como mostrado no anexo 2. Além disso, ações de fiscalização foram implementadas, conforme relatório de metas cumpridas pela Secretaria de Meio Ambiente do município, como demonstra o anexo 3. Pela primeira vez foram pontuados os quesitos de legislação para as poluições visual, sonora e atmosférica sem, no entanto, esta última possuir plano de ação efetivo e, portanto, não pontuado.

Em uma breve conversa informal com o então Secretário Municipal de Meio Ambiente, Ulysses Olímpio, foi pontuado que o critério foi resultado da atuação frequente de fiscalizações, o que de certa forma coibiu atividades potencialmente poluidoras, um dos exemplos é o caso de carros de som e em



lojas do centro da cidade que promoviam altos níveis de poluição sonora.

No item G, o município não pontuou a presença de legislação publicada com prova documental, somente na estrutura de fiscalização do município, seja com capacitação de pessoal, melhoria da estrutura fiscalizatória para controle da aplicação da lei de uso e ocupação do solo.

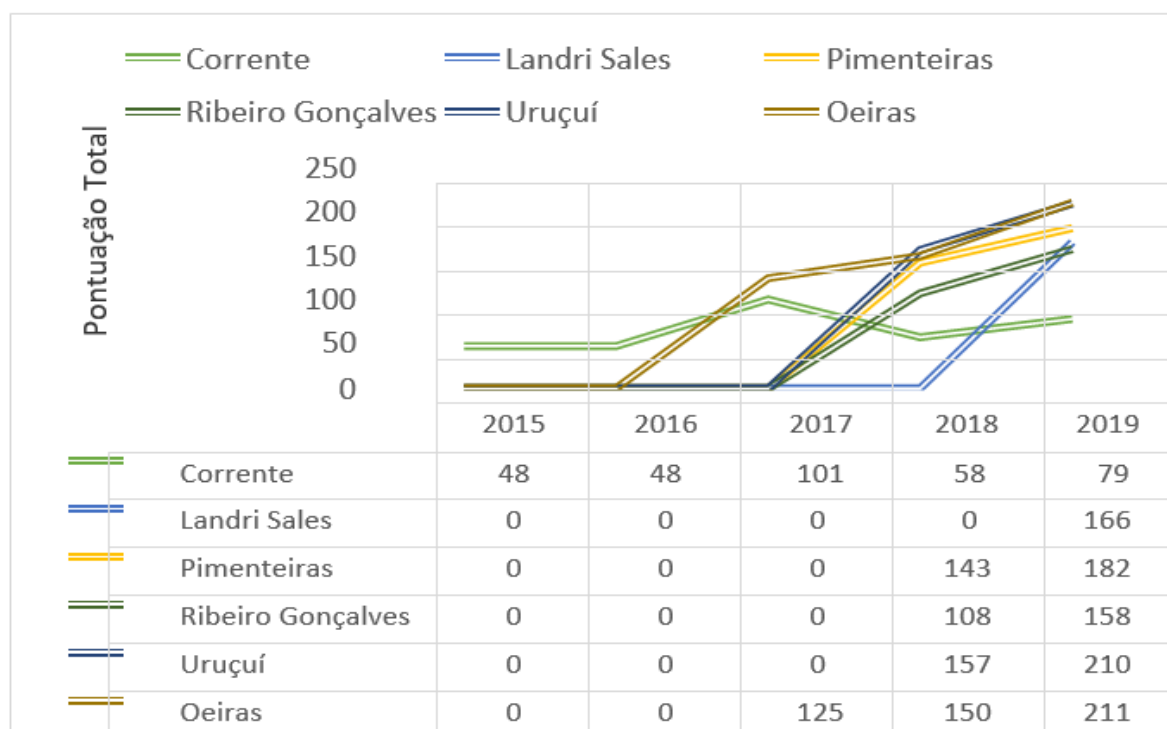
Em relação ao Item I, legislação ambiental municipal, o município seguiu parcialmente o atendimento dos documentos, já que não possui prova documental da política ambiental publicada. Prova documental do órgão ambiental e do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Recursos Renováveis em conformidade. Contudo, documento do fundo de meio ambiente incompleta.

É importante destacar os incrementos que foram pontuados para esse critério, a propositura e discussão do plano municipal de saneamento básico e do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos de Corrente-PI representaram um marco para a consolidação de implemento da legislação ambiental no município. Além da implementação das diretrizes de licenciamento no âmbito local, o município também pontuou na apresentação de planos de ações prioritárias e relatórios de melhorias em relação aos resultados já alcançados.

Dentro desse panorama, ano após ano, o município de Corrente tem oscilado sua pontuação de maneira significativamente abrupta, ora sendo certificado, outrora sequer atendendo o número mínimo de critérios e de pontuação por critérios no procedimento de certificação. O gráfico 3 evidencia mudanças perceptíveis no cenário municipal de Corrente, em comparação com alguns outros municípios participantes do ICMS ecológico:



Gráfico 3. Comparativo do ICMS Ecológico no município de Corrente e em outros municípios do Piauí.



Fonte: SEMAR/PI-CADAM, 2019.

Tomando como base, em efeito comparativo, os demais municípios contidos no gráfico 3 somaram consideráveis avanços na política ambiental, principalmente na certificação do ano de 2019, buscando adequar seus indicadores aos padrões exigidos para obtenção do selo ambiental.

Tais municípios apresentam a peculiaridade de apresentarem em muitas das vezes similaridades de fatores como a importância e relevância de suas economias para a região circunvizinha, que tende a abranger demais municípios menores, ou por vezes até a peculiaridade de possuir menor capacidade financeira e de participação econômica se comparado ao município de Corrente.

No ano de 2017, quando o município de Corrente efetivamente concorreu e assim obteve o padrão de Selo Ambiental C, iniciara, ainda que de maneira paulatina, a busca por melhoria dos critérios, tanto que logrou êxito na certificação entre as 7 prefeituras premiadas com alguma categoria de Selo Ambiental em todo o estado do Piauí.

De um total de 36 municípios que aderiam ao ICMS ecológico no ano de 2018, Corrente foi dentre esses, num total de três (3), que não se certificaram por não atender o mínimo dos critérios exigidos na fase de postulação e por não comprovar no prazo exigido as melhorias como forma de avaliação pela Comissão de Auditoria instituída pela SEMAR.



Com base no gráfico, fica evidente a necessidade de levar em conta que houve a inserção de novos municípios nesse sistema, o avanço na pontuação e, por indução, no cumprimento de requisitos estipulados no edital de certificação do ano. Fatores ligados à gestão integrada dos entes e órgãos que fazem parte da estrutura do município, em linha com práticas de implementação de políticas públicas efetivas para obtenção de avanços positivos na política ambiental municipal foram atitudes que certamente fizeram diferença nessa evolução.

No ano de 2019, o município de Corrente ascendeu ao nível suficiente para certificação na categoria “C”, pontuando em 3 dos 9 critérios exigidos, elencados no quadro 7, perfazendo dessa vez um total de 79 pontos. Com base nesse resultado pôde ser constatado que o município diminuiu de maneira considerável a pontuação obtida, se comparado o último ano de certificação obtida em 2017, muitos embora tenha cumprido o mesmo número de critérios, com diferenças apenas nos critérios de edificações irregulares e identificação de fontes poluidoras em relação aos anos de 2017 e 2019, respectivamente (Quadro 8):

Quadro 8 – Pontuação do município de CORRENTE-PI e critérios do ICMS ecológico (2015/2019).

Critério (pontuação mínima)	2015	2016	2017	2018	2019
Gerenciamento de Resíduos Sólidos (24 pts)	0	0	11	0	3
Educação ambiental (24 pts)	15	15	10	13	6
Recuperação de áreas degradadas (20 pts)	0	0	20	0	20
Redução do risco de queimadas e Conservação (14 pts)	5	5	5	0	0
Proteção de manancial de abastecimento público (14 pts)	4	4	10	0	0
Identificação de fontes de poluição (20 pts)	10	10	5	10	25
Edificações irregulares (20 pts)	0	0	20	20	10
Unidade de conservação (20 pts)	0	0	0	0	0
Legislação sobre o meio ambiente (14 pts)	14	14	20	15	15
TOTAL	48	48	101	58	79

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da SEMAR/PI.

Nesse mesmo ano os municípios de Ribeiro Gonçalves, Uruçuí, Oeiras e Pimenteiras elevaram suas respectivas pontuações de maneira substancial em comparação ao ano anterior e, em razão disso, a esses municípios foi atribuída a classificação na categoria “A” de selo ambiental. Destaque para o município de Landri Sales que, em sua experiência inicial no processo adesão ao ICMS, fora classificado com a maior categoria de Selo Ambiental.

Cabe destacar o papel que o município de Landri Sales/PI tem desempenhado. Localizado na microrregião de Bertolínia, com população de aproximadamente 5.281 habitantes (IBGE, 2019), segundo



o último censo demográfico do IBGE. O município apresenta a segunda menor atividade econômica e o segundo menor *pib per capita* dentre os municípios elencados no gráfico 3 (IBGE, 2019), mesmo diante de tal situação o município cumpriu com um número considerável de critérios exigidos, o que fez com que alcançasse pontuação número de critérios suficientes para se enquadrar o município na faixa “A” de selo.

Isso é resultado de uma soma de fatores que, juntos, ajudam a explicar o êxito do município na gestão dos indicadores e critérios obedecidos por Landri Sales no ano de 2019, quer seja a integração de órgãos, interação entre o poder público e a população no sentido de participação ativa nas discussões e pautas que assim ensejem a mobilização da sociedade como um todo. O município de Corrente, ao contrário, apresenta instabilidades nessa classificação (Quadro 8).

Ainda que o município de Corrente tenha em seu escopo inúmeras proposições de melhorias da pontuação no âmbito do ICMS ecológico, é preciso pontuar os entraves que possuem urgência para o atendimento de tantos outros quesitos. O modelo de gerenciamento de resíduos sólidos integrado, proposto no município, deve possuir ênfase no aporte de recursos e assessoramento técnico, alinhado com práticas desempenhadas em outros municípios na forma de manejo de seus resíduos.

A implementação do plano municipal de saneamento ambiental pode ser uma alternativa que, aliada às mudanças nos processos de abastecimento de água à população, propiciarão o uso das ferramentas de apoio. Paralelamente, o plano poderá auxiliar a recuperação das áreas de margens do Rio Corrente, e precisamente, a área que compreende atualmente a Estação de tratamento de Água, que já se encontra, em parte, degradada em virtude da presença antrópica de maneira recorrente.

Com o plano de revitalização do Rio Corrente, surge a necessidade da adoção do monitoramento e mapeamento de pontos mais vulneráveis das áreas que margeiam o corpo hídrico e que necessitam de intervenção do poder público para a efetivação do método de recuperação de toda a área que apresenta pontos degradados com vistas a consecução e manutenção do plano de revitalização em sua totalidade.

Com essas e diversas outras adequações ao projeto ICMS ecológico de Corrente será possível melhorar a colocação do município na faixa de Selo Ambiental. Nesse sentido, o planejamento feito pelo Poder Público municipal é essencial, inserindo membros da sociedade civil na construção e solidificação dos padrões de sustentabilidade ambiental.

É importante destacar que, entre o período de 2015 à 2019, os requisitos pontuados pelo município de Corrente-PI apresentavam variações nos diversos anos em que ocorreu submissão para ICMS ecológico. A aplicabilidade do mecanismo de incentivo às boas práticas ambientais, como é o caso do ICMS ecológico, é de grande relevância para a efetivação de políticas públicas adotadas no município. Nesse contexto, a necessidade de ações voltadas à continuidade de programas de conservação ambiental deve ser diretriz para a gestão municipal.



Entre os anos de 2015 e 2019, inúmeros critérios foram pontuados em cada edição em que o município pleiteou. Contudo, essa participação não significou o cumprimento de medidas de preservação ambiental de maneira integral entre critérios na série histórica (2015-2019).

Alguns pontos chamam atenção. Como por exemplo o município de Corrente não ter requerido em nenhuma das edições e, conseqüentemente, não ter sido pontuado a elegibilidade do critério de “Unidades de Conservação”. Conforme o Decreto Estadual nº 9.609/02, por possuir território no âmbito do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba e agregar um conjunto de microecossistemas e fragmentos de vegetação e fauna nativas, far-se-ia prioritária a elegibilidade de tal critério, sobretudo quando, analisando o quesitos não atendidos, consta que não fora apresentada pelo município sequer a documentação necessária à comprovação de existência de unidade de conservação no decorrer dos anos e edições em que concorreu ao Selo.

Em todas as edições do ICMS ecológico, o único critério atendido pelo município de Corrente-PI, com pontuação mínima foi: Política e Legislação Ambiental no Município, pela disponibilidade de instrumentos institucionais como a existência do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Recursos Renováveis(CONMAR) e de um Fundo Municipal de Meio Ambiente e Recursos Renováveis, conforme a Lei Municipal nº 535/13. Dispunha ainda da capacidade de licenciamento de atividades com impactos de âmbito local e de órgão executivo atuante.

Apesar do município possuir as bases legais, não há um programa de monitoramento das ações adotadas e de continuidade dos projetos já experimentados, da legislação e instrumentos vigentes. O cenário observado aponta três situações, se comparados os dados do ano 2019 às edições anteriores em que o município obteve a maior pontuação, são elas: a manutenção dos parâmetros ambientais pontuados em dois critérios, a melhoria da pontuação em um critério e, nos demais, a piora dos índices observados.

Houve piora no item resíduos sólidos, por desacordo às normas técnicas exigidas, bem como em redução do risco de queimadas e conservação da biodiversidade e o critério educação ambiental pelo fato da documentação comprobatória de capacitação de gestores e professores ter sido enviada fora do período de apuração e parcialmente.

Apesar disso, houve a interdisciplinaridade e o diálogo entre a Gerência de Programas de Educação Ambiental e as escolas municipais em Corrente com frequência, como estabelecido no anexo 3, através de parcerias em projetos já em andamento. Evidentemente, a adoção de programação de tarefas contínuas voltadas à execução de campanhas e projetos de incentivo à rede municipal e à política de educação ambiental é uma premissa necessária ao desenvolvimento desse critério no decorrer dos próximos anos.



A pontuação do item proteção de manancial de abastecimento público piorou devido os documentos comprobatórios não atenderem à portaria do ministério da saúde, ausência de análise dos parâmetros de acordo com exigido em edital, do plano de amostragem e de relatório aprovado pela autoridade municipal.

Nos itens Edificações irregulares e Legislação e política ambiental, houve a diminuição da pontuação adquirida pois não foi apresentada prova de publicação de lei que versasse sobre o uso e a ocupação do solo e sobre a política ambiental além de documentos parciais do Fundo Ambiental Municipal, respectivamente. Contudo, apresentou remanescente quadro funcional e estrutura do órgão executivo local.

É importante que além da legislação relacionada ao uso e ocupação do solo sejam dados os instrumentos necessários à condução das diretrizes de apoio à fiscalização, que atualmente encontra-se sem condições para requerer habilitação, conforme relatório SEMAR-PI.

O controle das ações adotadas necessitam de suporte e manualização das experiências observadas no município de maneira permanente e contínua para que não ocorra oscilação decrescente de maneira tão significativa, como no ano de 2019. Foi observado que em dois critérios do ano de 2019 o município manteve o desempenho pontuado. O critério de recuperação de áreas degradadas e Unidades de Conservação. De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente, decorre do conjunto de ações institucionais adotadas pela fiscalização do órgão ambiental local em regiões sensíveis e suscetíveis ao aumento dos índices de desmatamento.

Não se sabe se há no plano de metas do ano de 2020 ações voltadas ao cumprimento do critério Unidades de Conservação tendo em vista que, como consta no anexo 3, o município não apresentou resultados.

O único critério que apresentou melhoria da pontuação atribuída para o ano de 2019 foi “Identificação de Fontes de Poluição”. Tendo apresentado toda a legislação de controle, mas não requereu a elegibilidade do quesito de aplicação de ações no combate à poluição atmosférica, muito embora o município padeça de práticas indiscriminadas de queimadas e lançamento de poluentes por indústrias de fabricação de cerâmicas na região sem o mínimo dos padrões de qualidade na emissão dos gases.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aponta que Corrente apresentou, no ano de 2019, a redução na pontuação em cinco critérios, de um total de nove, manteve os mesmos níveis pontuados em dois critérios e houve a melhoria de patamar em apenas um critério no ano de 2019, se comparado às edições anteriores. O município



possui instabilidade na pontuação ao longo dos anos, o que demonstra, em certa medida, a falta de planejamento específico para a melhoria contínua no atingimento dos requisitos do ICMS ecológico. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa foi alcançado.

O município de Corrente, apresenta uma situação favorável, na ótica econômica, quando comparado a muitos outros municípios que, em tese, careceriam de mais recursos financeiros, técnicos e operacionais e mesmo assim implementam as melhorias desejadas que são possíveis através de uma melhor gestão dos recursos disponíveis aliada ao cumprimento das diretrizes estabelecidas em um plano monitorado que contemple metas, objetivos, as competências de cada agente público.

Cabe aos gestores municipais a reformulação periódica da legislação e a democratização de acesso às decisões do Conselho Municipal de Meio Ambiente, o compromisso de promover as melhorias nos espaços urbanos e a adoção cada vez maior de medidas e instrumentos sustentáveis para a gestão dos recursos financeiros, com compromisso ambiental de preservação da biodiversidade, tendo em vista ser no Poder Público municipal a expressão dos anseios socioambientais que a sociedade cada vez mais está à procura e pela proximidade com que a população local requer as melhorias desejadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Decreto nº 9.609/02**. Cria o Parque Nacional das Nascentes do rio Parnaíba, nos Estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins, e dá outras providências. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2002/dnn9609.htm Acesso em: 29 de Ago. de 2020.

BRASIL, **LEI 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966. Código Tributário Nacional**, Brasília, DF, abril 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.html. Acesso em: 08 de abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. **Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais**. Brasília: ASCOM, 2020. p. 10. Disponível em: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-de-financas-dos-entes-subnacionais/2020/114?ano_selecionado=2020 Acesso em: 07 de Set. de 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 04 de Dez. 2019.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste. **Informações Socioeconômicas Municipais**. Fortaleza, 2019. 19 p. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/80223/3022544/Corrente-PI-2019.pdf/23004989-8a99-b12b-bb1c-bc2a2bce68fe> Acesso em: 01 de Dez. 2019.

CARVALHO, P. G. M. D. Et al. Gestão local e meio ambiente. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 8, nº 1, p. 121-140, jan.-jul. 2005. Disponível em



<<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v8n1/a08v08n1.pdf>>. Acesso em 23 de Out. 2019.

CRUZ, C. C. S. **Análise de Séries Temporais para Previsão mensal do ICMS: o caso do Piauí**. 2007. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste/CAEN, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

FREITAS, Y. D. G.; JERÔNIMO, C. E. M. As Políticas Públicas, a Extrafiscalidade e o Meio Ambiente: Uma Breve Análise à Luz da Sustentabilidade Constitucional no Estado do Rio Grande do Norte. In: **Holos**, v. 3, p. 67-76, 2013. Disponível em:

<<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1010/696>>. Acesso: 29 de Ago. de 2020.

GOMES, D; KNOB, N. G. **Tributação Ambiental: a contribuição dos tributos para a tutela do meio ambiente**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

_____. IBGE. **Brasil em Síntese**. Brasília: 2019. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/corrente/pesquisa/19/29765?indicador=29762&tipo=ranking>>. Acesso em: 17 de set. 2019.

MARGULIS, Sérgio. **A Regulamentação Ambiental: instrumentos e implementação**. IPEA, 1996. Disponível em:<https://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0437.pdf>. Acesso em 17 de Set. 2019.

MATTHES, R. A. Extrafiscalidade como instrumento de proteção ambiental no Brasil. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p. 47-62, jul. – dez. 2011.

MELLO, E. R.; SOUZA, K. R.; COSTA T. S. Análises críticas do ICMS ecológico nos estados brasileiros. **Revista de Direito da Cidade**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 2646-2684, out. 2020. Disponível em:<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/53878>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

MINAS GERAIS. **Lei nº 13.803, de 27 de dezembro de 2000**. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Belo Horizonte, 2000. Disponível em:<<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=2387>> Acesso em: 01 de Dez. de 2019.

MORAES, K. F. de. **ICMS ecológico: Critérios Ambientais para sua Aplicação**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

NUSDEO, A. M. O. O Uso de Instrumentos Econômicos nas Normas de Proteção Ambiental. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. São Paulo, v. 101, p. 357-378, jan. – dez. 2006.

PARANÁ. **Lei Complementar nº 59, de 10 de outubro de 1991**. Dispõe Sobre a Repartição do ICMS aos Municípios com Mananciais de Abastecimento e Unidades de Conservação Ambiental. Curitiba, 1991. Disponível

em:<<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=8383&indice=1&totalRegistros=9&anoSpan=1995&anoSelecionado=1991&mesSelecionado=0&isPaginado=true>> Acesso em: 04 de Set. de 2020.

PIAUÍ. **Decreto nº 19.042/20**. Dispõe Sobre o Procedimento para Certificação do Selo Ambiental aos Municípios Conforme Lei Ordinária nº 5.813 de 2008 (Lei do ICMS Ecológico) e Revoga os Decretos nº 14.861 de 2012 e 16.445 de 2016. 2020. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=398027#:~:text=O%20Governador%0>>



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 14, N.04., 2022, p. 2771-2801.

Afonso Feitosa Reis Neto, Leônio José Alves da Silva,

Ana Keuly Luz Bezerra, Talis Tawan Costa de Souza

DOI: 10.12957/rdc.2022.58904 | ISSN 2317-7721

do%20Estado%20do,VI%20e%20XIII%2C%20do%20art.&text=1%C2%BA%20Este%20Decreto%20regulamenta%20os,recursos%20oriundos%20do%20ICMS%20Ecol%C3%B3gico.>. Acesso em: 04 de Set. de 2020.

PIAUÍ. **Lei nº 5.813, de 27 de dezembro de 2008.** Cria o ICMS ecológico para beneficiar municípios que se destaquem na proteção ao meio ambiente e dá outras providências. Teresina, 2008. Disponível em: <<http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/14160>>. Acesso em: 08 de abr. 2019.

CORRENTE. **Lei Municipal nº 394, de 02 de outubro de 2007.** Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Corrente-PI, Estabelece Princípios, Objetivos e Diretrizes de Ordenamento Territorial e Urbano do município e dá outras providências. Disponível em: <<http://transparencia.corrente.pi.gov.br/busca/?termo=plano+diretor#leisTab>>. Acesso em: 26 de Out. de 2019.

CORRENTE. **Lei Municipal nº 535, de 26 de agosto de 2013.** Dispõe Sobre o Fundo Municipal de Meio Ambiente e Recursos Renováveis – FMMAR e dá outras providências. Disponível em: <<http://108.61.205.61:9000/media-minio/arquivos/lei-no-535.pdf>> Acesso em: 01 de Set. de 2020.

CORRENTE. **Lei Ordinária nº 658, de 04 de julho de 2017.** Altera a Organização Administrativa da Prefeitura e a Lei de Diretrizes Orçamentárias Para o Exercício Financeiro de 2017 (Lei Municipal n.º 634/2016), Desmembrando a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente, Cria Cargos de Provimento em Comissão na Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal e dá outras Providências. Disponível em: http://108.61.205.61:9000/media-minio/arquivos/lei-ordinaria-no-658-2017_c39GEMf.pdf Acesso em: 03 de Set. de 2020.

REIS NETO, A. F.; SILVA, L. J. A. da. Relatório de Passivo Ambiental: Estudo de Caso à Luz da Legislação, da Doutrina e da Jurisprudência Ambientais Brasileiras. In: **Revista Veredas do Direito**, v. 13, n. 26, p. 141-166, mai./ago. 2016. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/590/502>>. Acesso em: 09 de Set. de 2019.

ROSSI, A.; LOPO MARTINEZ, A.; NOSSA, V. ICMS Ecológico Sob Enfoque da Tributação Verde Como Meio da Sustentabilidade Econômica e Ecológica: Experiência do Paraná. **Revista de Gestão Social e Ambiental**. São Paulo, v. 5, n. 3, 90-101, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/2/366-1487-1-pb.pdf>. Acesso em 01 de Dez de 2019.

TUPIASSU, L.; FADEL, L.; GROS-DÉSORMEAUX, J.. ICMS Ecológico e Desmatamento nos Municípios Prioritários do Estado do Pará. **Revista Direito GV**, v. 15, n.3, p. 1-35, 2019.



Sobre os autores:**Afonso Feitosa Reis Neto**

Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPE). Bacharel em Direito (UFPE). Tecnólogo com láurea em Gestão Ambiental. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Advogado. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPQ - Laboratório Interdisciplinar Sociedade, Ambiente e Direito (LISA-D). Estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7382862676934597> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7333-4736>

E-mail: afonsofeitosa@hotmail.com

Leônio José Alves da Silva

Professor Associado - Departamento de Teoria Geral do Direito e Direito Privado. CCJ/UPFE. Ex-Professor Titular CCJ/UEPB. Ex-Vice-Presidente da CPPD/UFPE. Líder do Grupo de Pesquisa Tutela dos Interesses Difusos - GPID/CNPq. Estágio Pós-Doutoral: Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade de Coimbra, Université Montpellier, Université Toulouse, Università degli Studi di Messina e Università di Pisa. Advogado. - OABPE. Universidade Federal de Pernambuco.

Orcid: <http://lattes.cnpq.br/3587910414477402>

E-mail: leonioalves@bol.com.br

Ana Keuly Luz Bezerra

Docente do eixo tecnológico de Gestão e Negócios do Instituto Federal do Piauí - Campus Avançado Dirceu Arcoverde. Doutora e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFPI. Graduada em Administração e Direito. Orientadora do Programa de Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. Instituto Federal do Piauí, Instituto Federal do Piauí - Campus Avançado Dirceu Arcoverde – Brasil.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9779727227180112> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6234-2474>

E-mail: prof.anakeuly@gmail.com

Talis Tawan Costa de Souza

Tecnólogo em Gestão Ambiental. Servidor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Integrante do Grupo de Pesquisa/CNPQ - Laboratório Interdisciplinar Sociedade, Ambiente e Direito (LISA-D).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6490297912706361>

E-mail: talisifpi@gmail.com

Os autores contribuíram igualmente para a redação do artigo.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 14, N.04., 2022, p. 2771-2801.

Afonso Feitosa Reis Neto, Leônio José Alves da Silva,

Ana Keuly Luz Bezerra, Talis Tawan Costa de Souza

DOI: 10.12957/rdc.2022.58904 | ISSN 2317-7721